

## Câmara trabalha com economia de R\$ 800 bi

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

A cúpula da Câmara dos Deputados trabalha para atingir economia de R\$ 800 bilhões com a reforma da Previdência, número inferior ao R\$ 1,2 trilhão proposto pela equipe econômica. Esses R\$ 400 bilhões que serão cortados, na avaliação desses deputados, são pretendidos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para custear o sistema de capitalização e não são necessários para reduzir o déficit.

"Ninguém no mercado está preocupado com o sistema futuro. Todos querem o ajuste nas contas e isso ocorrerá. Vamos trabalhar na direção de um valor suficiente para estabilizar a dívida", disse um importante negociador da proposta. A capitalização seria aprovada apenas como uma possibilidade na Constituição, mas sem ser instituída no curto prazo. "Quando o país voltar a crescer, usa esse dinheiro para financiar a capitalização se o governo achar que é o caso", completou.

O pensamento, apurou o Valor, é compartilhado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), hoje o principal articulador da reforma. Maia defende o novo sistema, mas diverge das ideias de Guedes sobre o modelo e não acha

que instituí-lo é a prioridade agora. Na opinião dele, seria melhor usar esse espaço fiscal para angariar apoio político para aprovar a proposta do que insistir numa meta que pode inviabilizar o texto.

O dado apresentado pelo governo esta semana na comissão especial, de que a transição do modelo atual, de repartição (no qual os trabalhadores da ativa pagam a aposentadorias dos inativos), para o de capitalização (em que cada um faz sua própria poupança individual), custará apenas R\$ 115 bilhões em dez anos, é visto com muitas ressalvas por esses deputados.

Para eles, a equipe econômica calibrou o modelo de forma a diminuir os custos de transição e esconder o número real, que causaria polêmica por comer parte expressiva da economia realizada com a reforma. Além disso, esse sistema é muito criticado por resultar em um valor mais baixo do benefício e não passará sem pelo menos a contribuição patronal obrigatória - Guedes quer um sistema puro, só com recursos dos trabalhadores.

O corte de R\$ 400 bilhões na economia, segundo essa fonte, dará espaço para construir um texto junto com os partidos e que tenha mais apoio no plenário da Câmara, onde 308 dos 513 deputados precisam votar a favor do projeto. Os apoiadores hoje não chegam a 200

parlamentares e, mesmo entre eles, a maioria só vota o projeto com alterações.

Entre as "favas contadas" estão excluir alterações no benefício de prestação continuada (BPC) - R\$ 34,8 bilhões - e na aposentadoria rural - R\$ 92,4 bilhões. Também já foi detectada grande dificuldade de aprovar regras mais duras para os professores (R\$ 12 bilhões), com posição contrária do PL e MDB.

Sem esses três temas, sobra ainda uma economia de R\$ 1,1 trilhão em dez anos com a versão original da proposta de emenda à Constituição (PEC). Os R\$ 300 bilhões "excedentes", na visão da cúpula da Câmara, seriam usados para negociar alterações em outros pontos, como a regra de transição e garantia de pelo menos um salário mínimo nas pensões por morte.

O relator da reforma, Samuel Moreira (PSDB-SP), tenta encontrar alternativas para garantir pelo menos uma economia mínima com o BPC e rural e tem estabelecido a meta de economizar pelo menos R\$ 1 trilhão em dez anos. Os líderes dão como certo que a primeira versão do parecer, que será apresentado em cerca de 10 dias, será bombardeado e alterado antes da votação na comissão especial.

Na opinião de um dos principais líderes do Centrão, o mercado pode





"chiar" no começo com as alterações, mas será lembrado que os R\$ 800 bilhões são suficientes para reverter a curva do déficit previdenciário e que, no fim do governo Temer, os investidores "imploravam" para que o Congresso votasse uma reforma com economia de R\$ 400 bilhões. Além disso, dizem que, no atual ambiente de instabilidade política, a reforma não será suficiente de garantir a volta do crescimento rápido, independentemente do impacto fiscal.

## PIB em queda agrava o fiscal

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse que a queda do PIB significa menos arrecadação e mais corte de gastos. Segundo ele, a frustração com o ritmo da economia já significa que a cada mês R\$ 2 bilhões deixam de entrar nos cofres públicos. As agruras fiscais do país são a causa da crise econômica, mas ela também realimenta o rombo. Para sair desse círculo vicioso é preciso enfrentar irracionalidades. Ele deu dois exemplos. Um deles: o estado de Minas é dono até de vacas. O outro: dois terços dos funcionários públicos estaduais se aposentam em média com 49 anos.

— Quero deixar bem claro: não haverá ajuste fiscal no Brasil enquanto as pessoas puderem se aposentar com 49 anos de idade. Não haverá — disse Mansueto numa entrevista que me concedeu.

O valor necessário do crédito suplementar para cobrir as despesas e cumprir a regra de ouro não pode ser menor do que R\$ 146 bilhões. Esta semana, o ministro Paulo Guedes disse que esse assunto havia "embanado". O relator do projeto quer autorizar um valor menor e em parcelas. Ele disse que isso comprometeria despesas como o Plano Safra: — É importante as pessoas entenderem a "regra de ouro". Ela é boa. O governo só pode aumentar sua dívida se for para pagar dívida

ou fazer investimento. Porque com investimento cresce a capacidade de produção da economia, que aumenta a arrecadação.

E aí se paga aquela dívida que foi elevada. Só que a situação fiscal do Brasil é tão séria que, apesar da carga tributária elevada, está com as contas no vermelho e déficit primário desde 2014. E teremos déficit em 2020 e 2021 e talvez em 2022. Tantos anos sucessivos no vermelho nos levou a uma situação paradoxal. Qual é? O governo hoje tem que se endividar, aumentar sua dívida, pedir emprestado à sociedade, para basicamente pagar salários e benefícios previdenciários, despesa corrente. Por isso esse pedido ao Congresso, uma autorização especial, para nos deixar aumentar a dívida para pagar despesa corrente, para não ser punido por quebrar a regra de ouro.

As despesas ligadas a esse crédito são Previdência, Bolsa Família, assistência para idosos e subsídios que incluem o Plano Safra. E, como se sabe, agricultura tem hora certa:

O secretário do Tesouro frisou a importância da reforma da Previdência, mas chama a atenção também para outras tarefas urgentes que se seguirão à aprovação da reforma: — É preciso fazer uma revolução na educação para que o

trabalhador que vai entrar no mercado de trabalho no futuro tenha alta produtividade.

Ele explica que o envelhecimento da população está acontecendo em 30 anos no Brasil e levou um século para acontecer em outros países. Por isso a educação é chave. O novo trabalhador precisará estar preparado para ser altamente produtivo, do contrário, o Brasil não crescerá: — É um desafio duplo: o país precisa crescer mais e as pessoas chegando ao mercado de trabalho precisam ter emprego e, além disso, têm que ser preparadas por uma educação muito melhor do que a que temos.

O Plano de Equilíbrio Fiscal, que é conhecido por plano Mansueto, será enviado ao Congresso em breve e funcionará assim: os estados terão o aval do Tesouro para tomar empréstimo, porém precisarão ter um programa de redução das despesas. E a única forma será diminuir os gastos de pessoal, ativo e inativo. Hoje já há estados que reduziram funcionários na área de educação e saúde, mas as despesas aumentaram, por causa da crescimento das aposentadorias: — Esse plano de equilíbrio fiscal vai resolver o problema dos estados? Não. Vai ajudar na transição. O que realmente ajuda é a reforma da Previdência.





A boa notícia é que alguns estados, com notas A e B, mostraram que é possível ajustar as contas. Além do Espírito Santo, o único com nota A, há outros que estão em B, com melhoras recentes, como o Ceará e Alagoas. Alagoas fez um esforço e recuperou a nota B. Há casos, por outro lado, de enorme dificuldade, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas. Ele acha fundamental que a União e os estados possam privatizar para reduzir suas dívidas: — Há casos que não fazem sentido. Veja Minas Gerais. O governador está dizendo que a situação é muito séria, e o estado é dono de hotéis e vacas. Eles vão vender as vacas, mas até isso tem um estado que está quebrado.